

UMA LEITURA DA TERRITORIALIDADE DE PRODUTORES RURAIS NA METRÓPOLE DE SÃO PAULO

Elizabeth Pereira de Castro¹

RESUMO A partir das contribuições dadas notadamente por Edward Soja e também por Claude Raffestin a respeito do conceito de territorialidade, este artigo visa apresentar as conclusões de uma pesquisa realizada no primeiro semestre de 2009 que abarca o tema da produção agropecuária na metrópole tomando como estudo de caso dois produtores rurais que habitam e trabalham na interface dos bairros de Cidade Dutra e Grajaú, na Zona Sul de São Paulo. O primeiro entrevistado cultiva uma lavoura em uma gleba cedida pelo programa “Horta Comunitária” da Eletropaulo. Já a segunda realiza a criação de gado leiteiro no sítio onde mora e trabalha desde antes de a antiga cidade de Santo Amaro ser incorporada a São Paulo e antes dos processos de loteamento e urbanização se iniciarem na região. Esta pesquisa visou compreender e discutir a presença de tais atividades na metrópole de São Paulo, descobrir o motivo pelo qual estes indivíduos optaram por tais atividades, as condições nas quais elas são realizadas e se algum tipo de ganho é auferido com elas.

Palavras-Chave: Territorialidade, Agricultura, Pecuária, Metrópole, Localização.

READING THE TERRITORIALITY OF RURAL PRODUCERS IN THE METROPOLIS OF SAO PAULO

ABSTRACT From the contributions made notably by Edward Soja and also by Claude Raffestin, this article presents the findings of a survey carried out during the first half of 2009 covering the theme of agricultural production in the metropolis taking as case study two farmers who live and work in the interface of the neighborhoods of Cidade Dutra and Grajaú, in the south of Sao Paulo. The first interviewee cultivates a crop in a plot provided by the program “Horta Comunitária” conducted by Eletropaulo company. The second performs the dairy farming at the place where she lives and works since before the ancient city of Santo Amaro was incorporated in Sao Paulo and before the processes of subdivision and urbanization start in the region. This research aimed to understand and discuss the presence of such activities in the metropolis of Sao Paulo, find out why these individuals chose such activities, the conditions under which they are performed and if any type of gain is received from them.

Key-words: Territory, Agriculture, Livestock, Meteopolis, Location.

Parte I – Apresentação

1. INTRODUÇÃO

O tema desta pesquisa surgiu a partir da leitura da obra "The Political Organization of Space" de Edward Soja. Esta aborda a territorialidade, apresentada e analisada com mais profundidade a seguir, como uma "identidade territorial local". O autor teoriza o tema sem apresentar exemplos, porém, ainda assim é possível vislumbrar a que ele se refere imaginando qualquer contexto territorial, inclusive o qual se tem vivência. Foi realizando este exercício vislumbrando a localidade que compreende a interface dos bairros de Cidade Dutra e Grajaú, na Zona Sul de São Paulo que os questionamentos dessa pesquisa surgiram. Nota-se que a discussão feita pelo autor se mostra facilmente aplicável num contexto "geral", mas que a metrópole de São Paulo apresenta peculiaridades que não são previstas pelo autor e a localidade em questão apresenta várias delas.

A idéia de "identidade de uma localidade" envolve também a identidade da população que habita este local e as relações que ela estabelece com ele, perpetuando a sua existência. De fato, é presente até no senso comum a idéia de que cada lugar do planeta tem as suas características próprias e que as diferentes atividades realizadas no planeta se espacializam na superfície terrestre. É natural criar divisões e Soja (1971) diz que a superfície terrestre é um verdadeiro mosaico formado por elas.

A divisão mais antiga e talvez mais presente no imaginário popular seja campo e cidade. As pessoas fazem uma ligação natural de agricultura com campo e indústria e serviços com cidade e isso talvez decorra de abordagens escolares. Soja (1971) fala de divisão, mas não exemplifica, deixando a discussão em aberto, possivelmente para possibilitar a inserção de diferentes contextos e produção de diferentes análises, logo tomamos como prisma a idéia de territorialidade apresentada pelo autor para analisar a relação campo e cidade. Ao fazê-lo nota-se que fenômenos como o da agricultura urbana figuram como exceções e isto trouxe a necessidade de um maior aprofundamento nos debates atuais da divisão entre rural e urbano a fim de descobrir onde se encaixa este fenômeno e seus debates.

2. OBJETIVO

Esta pesquisa insere-se na busca da compreensão da presença das atividades agrícola e pecuária na metrópole de São Paulo sob a perspectiva da territorialidade, sendo esta "um fenômeno comportamental associado com a organização do espaço em esferas de influência ou territórios claramente demarcados que se diferenciam e são considerados, ao menos parcialmente, exclusivos por seus ocupantes ou quem os definiu" (SOJA, 1971: 19).

Raffestin, em sua obra "Por uma Geografia do Poder", também define o conceito de territorialidade dando a este um valor particular. Segundo o autor ele expressa "a multidimensionalidade do 'vivido' territorial pelos indivíduos que ocupam um determinado território" (1993:160).

Tendo em vista os conceitos apresentados, que serão mais profundamente analisados a seguir, o objetivo geral desta pesquisa é discutir a razão pela qual as atividades de agricultura e pecuária são desenvolvidas na metrópole de São Paulo dentro de sua específica espacialidade. Posteriormente, como objetivo específico, buscaremos verificar se os produtores da metrópole, assim como os do campo, são capazes de auferir ganho de suas atividades e a partir disso reproduzir a sua existência. Por fim, ainda como objetivo específico, busca-se verificar as condições nas quais as atividades são desenvolvidas. Com base em entrevistas com os sujeitos sociais responsáveis por tais atividades, analisaremos as peculiaridades da agropecuária na metrópole, suas vantagens e desvantagens, além dos motivos que levaram estes sujeitos a dedicarem-se a uma atividade diversa da comumente realizada na região em que estão inseridos, sobretudo as dos setores secundário e terciário.

3. JUSTIFICATIVA

Este tema é abordado por uma série de bons trabalhos existentes, entretanto, este visa compreender o fenômeno em questão sob uma perspectiva diversa. Ao invés de tentar compreender a agricultura e pecuária na metrópole utilizando-se das ferramentas oferecidas pela Geografia Urbana, foi buscado um caminho alternativo, o da análise sob o viés da territorialidade e da espacialidade, nomeada, por Soja, como organização do espaço (1971: 19).

4. REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

A obra "The Political Organization of Space", de Edward W. Soja, indicada anteriormente, foi escolhida como principal orientação teórica desta pesquisa, pois traz uma discussão a respeito da territorialidade e da organização humana no espaço a partir da qual pretendemos construir o raciocínio desta pesquisa nos apoiando também em conceitos de outros autores para abordar os casos de agricultura e pecuária em aglomerações urbanas que serão apresentados mais adiante.

Para compreender a metrópole de São Paulo, seu processo de formação e seu contexto na nação, serão utilizadas obras e teorias de alguns renomados autores da Geografia Urbana a fim de construir uma base para a contextualização dos nossos estudos de caso nos bairros de Cidade Dutra e Grajaú, localizados na Zona Sul da metrópole. Creemos que seja imprescindível compreender este interessante fenômeno que é a metrópole paulista antes de nos voltarmos para o fenômeno específico, o nosso estudo de caso, ocorrido em São Paulo.

5. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

5.1 A metrópole paulista

Damiani, em "Urbanização crítica e situação geográfica a partir da metrópole de São Paulo", afirma que até o Século XIX São Paulo era uma cidade de taipa e pilão que, a partir do final desse século e até o início do próximo passou por um processo que a transformou na cidade de tijolo, pois doravante nela se concentravam os grandes produtores de café, a industrialização, a ferrovia, o bonde elétrico e uma extraordinária especulação imobiliária (2004).

São Paulo, segundo Seabra, em "São Paulo: a cidade, os bairros e a periferia", num primeiro momento, era composta pelos hoje bairros centrais, Sé, Santa Efigênia e Liberdade, bairros do centro expandido que se destinavam à moradia da elite, Higienópolis, Campos Elíseos e Jardim América, e bairros industriais que também abrigavam os trabalhadores, Brás, Pari e Bom Retiro (2004:278).

A população pobre e trabalhadora da antiga São Paulo industrial se localizava também no centro, junto às fábricas, em cortiços, devido à sub-remuneração que não permitia maiores gastos com moradia, pois o sistema de transporte público restringia-se aos bairros centrais, não permitindo a ocupação da periferia, de terrenos e casas mais acessíveis, naquela época e isso favorecia um crescimento mais concentrado de São Paulo.

Investimentos públicos que alterassem o padrão do transporte de massa mostravam-se, na época, inviáveis e a concessionária deste serviço público, a Light and Power, jamais se interessou em estender as linhas que se mostrassem pouco rentosas. O transporte da época reforçava, por conseguinte, uma modalidade de crescimento mais concentrada, que a cidade adotou desde o início da industrialização, desestimulando uma força mais dispersa de estruturação urbana (KOWARICK, 1994:78).

Não havia na São Paulo daquela época bairros ricos e pobres e a divisão centro-periferia como ocorre hoje. Essa fragmentação do espaço só passa a ocorrer em meados do século XIX.

Para além dessa aglomeração central, havia no entorno da cidade núcleos de povoamento antigo. "Esses bairros foram centro de alguma atividade ainda na colônia. Alguns, simples passagem de tropas com uma ermida, outros chegavam a ser núcleos coloniais" (SEABRA, 2004:289). Até o final da década de 1950, tais núcleos não se encontravam totalmente conectados à área central. Esse processo ocorreu com a criação de vias, acelerada notadamente pela difusão do automóvel, e pelo processo de periferização da população trabalhadora (SEABRA, 2004:278).

Em meados dos anos de 1970, a metrópole se encontra num contínuo processo de expansão para além dos núcleos antigos, já incorporados no bojo de São Paulo.

A incorporação de novas frentes de expansão do espaço urbano em decorrência da concentração industrial e da conseqüente formação e diversificação dos mercados de bens, de produtos e de trabalho, além de tornar muito denso o espaço urbano, discriminavam modalidades de uso, segundo as determinações do valor econômico da terra, à medida que o urbano se configurava como quadro de vida (SEABRA, 2004:271).

O Grande fluxo de migrantes, notadamente de nordestinos, mas também de todo o país, atraídos principalmente pelo trabalho nas indústrias, encontrava-se em pleno movimento naquela época e, junto com a população de menor renda que deixou o centro, foi ator decisivo na expansão centrífuga de São Paulo que se deu principalmente através do loteamento de áreas dantes consideradas inapropriadas à ocupação, notadamente nos contrafortes da face sul da Cantareira e na região das represas.

É preciso também apontar que a partir de 1930 afluem para São Paulo volumosas levas de migrantes, quando São Paulo passa a ter mais de um milhão de habitantes. Neste período, o aluguel ainda continua a ser a forma predominante, mas, já então, esboça-se o espraiamento da moradia das classes trabalhadoras pelos embrionários centros que se espalham por espaços mais dispersos e expandidos. Se a periferização decorre do avanço da industrialização, ela só seria possível com a alteração do sistema de transporte: a linha de ônibus passa a viabilizar longínquas zonas habitáveis ao unir a moradia ao local de emprego e a consistir fator de intensa especulação imobiliária, na medida em que as áreas brutas são transformadas em 'lotes' a serem vendidos ao crescente número que se avoluma com a ampliação e diversificação do parque fabril (KOWARICK, 1994:80).

Damiani afirma que hoje a periferia de São Paulo, mais do que áreas dantes não ocupadas da cidade, se estende para além dos limites do próprio município (2004). O principal motor para tal expansão foi, como afirmado anteriormente, a grande leva de migrantes e a implantação de loteamentos nas regiões periféricas, muitas vezes de forma irregular, além das linhas de ônibus que ligavam estes loteamentos ao centro, local de trabalho.

Os novos habitantes pobres que nascem ou que chegam aos grandes centros passam a construir fundamentalmente após a Segunda Guerra Mundial, nas periferias desprovidas de serviços urbanos, as suas próprias casas: são casas erguidas nos assim chamados "loteamentos clandestinos", irregulares e inexistentes do ponto de vista legal e o Estado nada faz para retirá-los da "clandestinidade". Ao contrário, incentiva esta forma de moradia, pois ela é a única maneira de fixar nas cidades as crescentes levas de habitantes com um mínimo de ônus para o poder público (KOWARICK, 1994:82).

São Paulo passa, portanto, devido ao tamanho crescimento populacional, de um pequeno núcleo central rodeado por poucos satélites menores a uma imensa mancha que se estende para além dos limites do município, constituindo-se em um dos maiores núcleos urbanos do mundo.

5.2 OS ESTUDOS DE CASO

São Paulo, como afirmado anteriormente, sofreu um frenético processo de ocupação que se estendeu para os municípios vizinhos, contudo ainda existem na aglomeração algumas áreas não ocupadas propícias à atividade agrícola. Nos bairros de Parelheiros e Engenheiro Marsilac, na Zona Sul, onde existem áreas agricultáveis, por exemplo, encontram-se lavouras e criações de animais para fim comercial. A paisagem daquela localidade é notadamente rural, as ocupações não se estendem muito como no restante da metrópole e o verde toma conta dos olhos nestes bairros que abrigam inclusive áreas de proteção ambiental. Entretanto não é esta a nossa área de estudo.

A interface dos bairros Cidade Dutra e Grajaú, também na região sul da capital paulista, é uma típica região ocupada por meio do processo de loteamento, muitas vezes irregular. Embora hoje esta região já se encontre quase plenamente ocupada, incluindo boa parte das margens da represa Billings, e a infra-estrutura básica já se encontre implementada há algum tempo, esta região ainda se encontra em um intenso processo de transformação com o surgimento de grandes aglomerações comerciais e a implantação de melhorias no transporte e lazer, por exemplo.

Esta região periférica, fruto do processo histórico descrito anteriormente, ao contrário de bairros como Parelheiros e Engenheiro Marsilac, não apresenta uma paisagem em que o verde predomine, existem poucas áreas não ocupadas, geralmente terrenos de inclinação muito acentuada que não possibilitam a construção ou algumas nas margens da represa (já que muitas partes já foram ocupadas), ainda assim é possível ver de vez em quando algumas vacas passando por entre os carros ou cavalos revirando o lixo alheio, causando incômodo aos moradores. Mesmo que a paisagem desta localidade seja notadamente urbana, há algo de rural na atmosfera da região e isso interfere de alguma forma na vida de todos os moradores.

No bairro de Cidade Dutra, encontramos uma área agricultável pertencente ao projeto "Horta Comunitária" da Eletropaulo. Trata-se de um projeto que cede áreas onde se localizam as torres de transmissão para pessoas físicas ou jurídicas sob contratos de comodato², apenas para o cultivo de hortas comunitárias e plantas ornamentais. Neste caso, as áreas agricultáveis localizam-se entre as casas numa localidade urbana plenamente servida de infra-estruturas como água, luz, esgoto, transporte e onde existe um comércio local expressivo.

No início do bairro do Grajaú, encontramos uma senhora que realiza criação de animais na área próxima às margens da represa. Dentre as suas criações, está o gado que precisa ser transportado em busca de água e comida, e ela realmente o faz, visto que se tornou comum avistar vacas ou cavalos pelas ruas da região à procura das poucas áreas verdes restantes.

Cabe lembrar que em ambos os casos apresentados as atividades são realizadas

² Contrato unilateral gratuito onde o comodante entrega ao comodatário coisa infungível para ser usada temporariamente e depois restituída. Por infungível entende-se que o comodatário tem a obrigação de devolver o mesmo corpo que recebeu e não um equivalente, como é o caso do empréstimo de dinheiro. (RIOS: 2004)

em uma área predominantemente urbanizada, quase que completamente coberta por casas em lotes de tamanho padrão, julgada, num primeiro momento, não propícia a este tipo de atividade.

Parte II – Considerações sobre a territorialidade

1. TERRITORIALIDADE: LOCALIZAÇÃO E ATRIBUTOS

SOJA, em sua obra "The Political Organization of Space", afirma que a superfície da Terra é um grande mosaico de padrões de organização espacial que se encaixa em inúmeras delimitações que vão desde a separação dos diversos estados soberanos até a delimitação de uma propriedade privada (1971: 1), ou diríamos, ainda mais além. É sabido que tal diferenciação é fruto da relação de mútua influência entre homem e espaço. O homem enquanto agente apropriador modifica o espaço em que ele vive dando-lhe características que vão condicionar a sua própria existência. Como escreveu Winston Churchill, "primeiro construímos nossas casas; depois são elas que nos constroem".³

Soja coloca ainda que, além da diferenciação de lugares, há uma espacialização dos diferentes padrões de atividade humana nas distintas localidades do planeta de acordo com os subsídios oferecidos por cada local (1971: 3), visto que isso é determinado por uma relação mútua. Portanto, para o autor, a localização de um indivíduo dentro de tal miríade condiciona, ou diríamos, deveria condicionar a suas atividades.

Primeiramente, toda atividade humana é localizada no sentido que ela ocupa lugares específicos e únicos na superfície terrestre, cada um com seu próprio complexo de atributos ou características. Colocando de forma ainda mais simples, toda atividade humana se localiza em localidades particulares ou dentro de contextos geográficos particulares (SOJA, 1971:3).⁴

A localização aparece então como um aspecto básico da sociedade humana, pois, segundo Soja, ela proporciona o *link* entre o homem e a terra estabelecendo a estrutura da interação espacial.

Localização, entretanto, é um dos aspectos mais básicos da sociedade humana. Ela fornece a ligação essencial entre o homem e a terra e estabelece a estrutura para a interação humana no espaço. As diferenças de lugar para lugar, em localização absoluta ou também relativa, e em termos de outros recursos como clima, economia, linguagem, riqueza e cultura, moldam a natureza e a intensidade das relações entre as pessoas e as localidades que elas ocupam (SOJA, 1971:3).⁵

³ Citado em Milton Santos (2004:31)

⁴ No original: "Firts of all, human activity in space is localized in the sense that it occupies specific and unique places on the earth's surface, each with its own complex of attributes or characteristics. Put even more simply, all human activity takes place at particular locations or within particular geographic contexts" (SOJA, 1971:3).

⁵ No original: "Localization, however, is one of the most basic aspects of human society. It provides the essential link between man and the earth and establishes the framework for human spatial interaction. The differences from place to place, in relative as well as absolute location, and in terms of other features such as climate, economy, language, wealth, and culture, shape the nature and intensity of relationships between people and between the locations they occupy" (SOJA, 1971:3).

Dentro desta lógica, cada ser humano possui o seu espaço de atividade, um local sobre o qual ele possui um maior conhecimento, fruto da localização da sua existência e da prática de suas atividades diárias, que guiam e moldam a sua interação com outros indivíduos.

Cada ser humano cria o seu próprio "espaço de atividade" que se torna o contexto para o seu conhecimento mais detalhado de seu ambiente e dentro do qual a maior parte de suas atividades são regularmente realizadas (SOJA, 1971:1).⁶

Os diferentes atributos das localidades e da interação humana no espaço proporcionam bases para diferentes formas de espacialidade. A interação humana no espaço tende a ser maior quando as pessoas estão fisicamente mais próximas. Tal interação traz uma troca que influencia ambas as partes e contribui para uma "homogeneização" naquela determinada localidade que se expressa espacialmente. É a conhecida relação Homem-Espaço que proporciona a transformação mútua. Pensando mais além, sob uma perspectiva temporal, teríamos a relação Homem-Espaço-Homem, ou melhor colocando, Homem 1-Território⁷-Homem 2, se levarmos em consideração que os indivíduos, pertencentes a uma determinada localidade num dado momento em que o espaço já tenha sido apropriado e este processo de transformação mútua já se encontre em execução plena, tendem a seguir os padrões de atividade local, como fazem todos aqueles com os quais eles interagem. É a territorialidade na qual esses indivíduos se encontram incluídos.

Chegamos assim à definição de territorialidade segundo Soja, já mencionada anteriormente, apresentada agora em seu texto original:

Territorialidade, como será usada aqui, é um fenômeno comportamental associado com a organização do espaço em esferas de influência ou territórios claramente demarcados que se tornam distintos e são considerados ao menos parcialmente exclusivos por seus ocupantes ou definidores. Sua mais óbvia manifestação geográfica é um padrão identificável de relações resultando no confinamento de certas atividades em áreas particulares e a exclusão de certas categorias de indivíduos do território individual do grupo (SOJA, 1971: 19).⁸

O autor aponta que, sendo um fenômeno comportamental que demarca territórios exclusivos e identificada pelo confinamento de certas

6 No original: "Each Human being creates his own 'activity space' which becomes the context for his most detailed knowledge of his environment and within which most of his daily activities are regularly carried out" (SOJA, 1971:1).

7 "O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreto ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator 'territorializa' o espaço. (...) O território nessa perspectiva é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a 'prisão original', o território é a prisão que os homens constroem para si" (RAFFESTIN, 1993:143-4).

8 No original: "Territoriality, as it will be used here, is a behavioral phenomenon associated with the organization of space into spheres of influence or clearly demarcated territories which are made distinctive and considered at least partially exclusive by their occupants or definers. Its most obvious geographical manifestation is an identifiable patterning of spatial relationships resulting in the confinement of certain activities in particular areas and the exclusion of certain categories of individuals from the space of the territorial individual group" (SOJA, 1971: 19).

atividades em particular e pela exclusão de certos indivíduos, a territorialidade representa uma "organização espacial" específica de uma localidade e da uma "cara" a mesma. Nela se incluem o espaço e o homem, transformados e transformadores, e se compreende porque os indivíduos que se incluem nessa lógica tendem a seguir os padrões locais.

Segundo Raffestin, a territorialidade não é só uma, mas:

Um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema. (...) Essa territorialidade resume, de algum modo, a maneira pela qual as sociedades satisfazem, num determinado momento, para um local, uma carga demográfica e um conjunto de instrumentos também determinados, suas necessidades em energia e informação. (...) A territorialidade aparece então como constituída de relações mediatizadas simétricas ou dissimétricas com a exterioridade. (RAFFESTIN, 1993:160-1).

A territorialidade resume a maneira com a qual as sociedades suprem suas necessidades e as atividades que elas realizam para tanto. Se ela exprime as atividades e os "instrumentos determinados", como afirma Raffestin, exprime também as técnicas (SANTOS, 1977) com as quais elas são realizadas. Sendo a técnica "esse intermediário entre a natureza e o homem desde os tempos mais inocentes da história" (SANTOS, 1977:16) ela também interfere na organização espacial de uma determinada localidade de maneira decisiva.

2. TERRITORIALIDADE E A DIVISÃO CAMPO E CIDADE

Como já afirmado anteriormente, as atividades características de cada localidade são fruto da interação humana no espaço e surgem dos atributos oferecidos por cada localidade. Daí o confinamento de certas atividades dentro de uma esfera específica colocado por Soja. Dentro desta lógica, podemos iniciar o pensamento sobre a divisão entre campo e cidade.

A organização espacial rural, que precede a urbana (SINGER, 1978), surge a partir da interação do homem com o espaço, o solo que lhe garante o sustento. Esta atividade de reprodução da vida condiciona ambos, homem e espaço, quando o primeiro utiliza o segundo para um fim. Para Singer, o "'Campo' é o lugar onde se dá a atividade primária, onde o homem entra em contato direto, *primário*, com a natureza, dela extraindo as substâncias que vão lhe satisfazer as necessidades" (1978:12).

O espaço oferecendo condições para uma atividade e sendo apropriado por ela acaba por "aprisionar" tal característica, influenciando na territorialidade vivida, ou seja, as pessoas que habitam aquele território tendem a se incorporar à lógica e ao modo de vida locais estabelecidos, acabando por ter na atividade vigente a base para a reprodução de sua existência.

As primeiras aglomerações urbanas surgem justamente devido à atividade agrícola entre 3500 e 3000 antes de Cristo, nos vales dos rios Nilo, no

Egito, e Tigre e Eufrates, na Mesopotâmia, e, posteriormente, mais ou menos em 2500 antes de Cristo, no vale do rio Indo, na Índia e por volta de 1500 antes de Cristo, na China (PEDRO; FONSECA, 2009). O fato de se situarem no vale de rios não é um acaso, pois a presença de um rio possibilitava a aglomeração humana justamente devido à característica fértil que este dava às terras do seu entorno e à praticidade na obtenção de água.

O trabalho coletivo na agricultura possibilitou que outras atividades pudessem ser desenvolvidas nas aldeias que dariam lugar às primeiras cidades. Como nem todas as pessoas precisavam trabalhar com a terra, surgiram outros trabalhos como a ferraria e, posteriormente, o comércio. Desse excedente alimentar teria resultado a primeira divisão do trabalho entre cidade e campo (FRABETTI, 2006:145). O campo, segundo Paul Singer, pode ser auto-suficiente, enquanto a cidade sempre dependerá do excedente alimentar rural:

O campo pode, portanto, subsistir sem a cidade e realmente, na história, precedeu à cidade. Esta só pode surgir a partir do momento em que o desenvolvimento das forças produtivas é suficiente, no campo, para permitir que o produtor primário produza mais que o estritamente necessário à sua subsistência. (SINGER, 1978:12-3).

Singer define também cidade como “via de regra, a sede do poder e portanto da classe dominante” (1978:12), afirmando que esta surge a partir da divisão do trabalho, pois alguns produzem os alimentos dos quais outros irão se apropriar:

A produção do excedente alimentar é uma condição necessária mas não suficiente para o surgimento da cidade. É preciso ainda que se criem instituições sociais, uma relação de dominação e de exploração enfim, que assegure a transferência do mais-produto do campo à cidade. Isto significa que a existência da cidade pressupõe uma participação diferenciada dos homens no processo de produção e de distribuição, ou seja, uma sociedade de classes. Pois, de outro modo, a transferência de mais-produto não seria possível. Uma sociedade igualitária, em que todos participam do mesmo modo na produção e na apropriação do produto, pode, na verdade, produzir um excedente, mas não haveria como fazer com que uma parte da sociedade apenas se dedicasse à sua produção, para que outra parte dele se apropriasse (SINGER, 1978:13).

Tem-se então uma visão oposicionista de campo e cidade estabelecida pela divisão do trabalho e criação de uma classe dominante que se apropria do excedente alimentar. Campo e cidade, enquanto produtos da ação das sociedades humanas, comportam condições materiais próprias para a reprodução de sujeitos sociais que podem se encontrar em oposição no interior dessas mesmas sociedades (FRABETTI, 2006:145).

Após a Revolução Industrial e o processo de transformação das relações de produção, a agricultura passa a não mais ser a principal atividade econômica nos países onde a industrialização ocorre e há uma inversão do contingente populacional, dantes concentrado no campo e que agora parte em direção à cidade em busca de empregos na indústria.

A partir deste momento, começa um processo crescente de transformações

radicais no conjunto geral das relações de produção. Se em toda a história da humanidade, anterior à referida Revolução, a agricultura sempre foi a principal atividade econômica e o campo representava o lugar em que se concentrava a grande maioria da população de produtores diretos, o surgimento de uma indústria capitalista moderna engendrou uma mudança demográfica nos países onde ela ocorreu inicialmente, invertendo a proporção entre a quantidade de população urbana e a quantidade de população rural, esta última esvaziada pelas leves migratórias de trabalhadores que partiram em direção às cidades (FRABETTI, 2006:149).

A evolução tecnológica trouxe avanços aos três setores e contribuiu para o aumento das aglomerações urbanas já que menos mão-de-obra era necessária para as atividades no campo e mais se diversificavam as atividades urbanas ampliando ainda mais a divisão do trabalho entre campo e cidade. Para exemplificar, apresentamos dados do estado de São Paulo.

Segundo dados do Instituto de Economia Agrícola referentes ao estado de São Paulo, entre 1995 e 2002, o número de pessoas ocupadas no primeiro setor paulista teve o seu máximo atingido em 2000 com 1,31 milhão de trabalhadores e o seu mínimo no ano seguinte com 1,17 milhão.

Ao longo desse período, a taxa de crescimento da ocupação da mão-de-obra foi de -0,06% ao ano segundo o próprio instituto. “Paralelamente ao dinamismo do setor, tem ocorrido a incorporação de novas tecnologias, sobretudo na operação de colheita, elevando a produtividade do trabalho na agricultura e, conseqüentemente, ocupando menos pessoas, mesmo diante de safras maiores” (IEA, 2003).

Esta primeira e básica divisão lança as bases para a diferenciação dos lugares e cremos que é isso que Soja tem em mente ao afirmar que a atividade humana no espaço é localizada no sentido que ela ocupa um lugar específico e único na superfície da Terra, cada uma com o seu próprio complexo de atributos ou características.

Tal visão, que é mais simplista considerando-se os debates atuais sobre campo e cidade que serão tratados a seguir, ligada à divisão do trabalho era comum antes do século XX e Marx também fez menção a ela em “A Ideologia Alemã”:

A divisão do trabalho de uma nação leva, inicialmente, à separação entre o trabalho industrial e comercial, de um lado, e o trabalho agrícola, de outro, e com isso, à separação da cidade e do campo e à oposição de seus interesses (MARX, 1977:29).

O próprio Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ainda hoje adota critérios de classificação que tendem a esta divisão mais dicotômica, contudo, ao fazê-lo o IBGE acaba por englobar de forma contraditória parcelas da população nesses dois grupos, por exemplo, considerando urbana aglomerações que não dispõem de serviços básicos oferecidos na cidade. Segundo Marques, “não é feita qualquer referência às funções peculiares dos diferentes aglomerados que constituem em fator fundamental na diferenciação

entre o espaço rural e o espaço urbano" (2002:97).

De fato, é possível se compreender a divisão campo e cidade segundo os atributos oferecidos por cada localidade e as atividades nelas realizadas, portanto, é possível entender esta divisão sob o ponto de vista da territorialidade. Contudo, esta visão leva a uma divisão por vezes mecanicista, que não condiz com os debates atuais sobre campo e cidade e com a realidade rural e urbana. Além disso, tal divisão não é capaz de prever atividades "rurais" que se dão na cidade e vice-versa, como ocorre com o estudo de caso apresentado e que será posteriormente analisado. Cabe então agora, um maior aprofundamento nos debates atuais sobre campo e cidade que tentam mostrar que há muito mais do campo na cidade e vice-versa do que era se pensava antes do século XX.

Parte III – Campo e cidade: debates atuais

Antes do fim do século XX, a divisão campo e cidade e o confinamento de suas atividades eram mais nítidos. Até este momento, cria-se que as aglomerações urbanas concentravam as atividades dos setores secundário e terciário enquanto o campo era responsável pelas atividades do setor primário. Porém não tardou para que essa visão dicotômica começasse a ser derrubada. Lefebvre enxergou, entre campo e cidade, relações dialéticas que, mais do que apenas opor também unia os dois:

O conflito (dialético) entre a cidade e o campo não exclui certa unidade e, o que é mais, inclui-a até, como em todo o processo dialético. Há, portanto, uma dificuldade de análise: apreender a relação exata entre a unidade e a contradição, o momento em que o conflito se resolve (quer gerando novas diferenças, quer retrocedendo para um declínio mais ou menos prolongado que gera a indiferença) (LEFEBVRE, 1972:56).

O autor aponta a dificuldade em se definir campo e cidade e que de suas relações dialéticas de unidade e contradição poderiam ser geradas diferenças ou indiferenças. Defini-las foi o desafio encontrado pelos acadêmicos no século XX e que se estende até hoje.

Segundo Fernandes, "separar o Campo da Cidade, pós-adensamento das cidades e as relações de troca que se estabelecem, vai além dos conceitos de rural e urbano, a complexidade dos espaços que metamorfoseiam não nos permite essa diferenciação de maneira tão descompromissada" (2008:41).

Em "Campo e cidade", George já apontava dificuldades em se fazer tal definição, contudo, nos países subdesenvolvidos ainda não era muito recorrente a existência de outras atividades no campo que não fossem relacionadas ao primeiro setor:

Nos países de economia subdesenvolvida, quase não há lugar, no campo, para quem não trabalha a terra. Artesãos ou desempregados, camponeses sem terra dificilmente encontram seu lugar numa sociedade em que, mesmo quando a economia monetária penetrou mais ou menos intensamente, o essencial da vida cotidiana repousa sobre bases fundiárias e agrícolas (GEORGE, 1982:63).

Contudo, leituras contemporâneas do meio rural apontam a presença de atividades dos outros setores no campo em países desenvolvidos e em desenvolvimento, como é o caso do Brasil:

Já não se pode caracterizar o meio rural brasileiro somente como agrário. E mais: o comportamento do emprego rural, principalmente dos movimentos da população residente nas zonas rurais, não pode mais ser explicado apenas a partir do calendário agrícola e da expansão/retração das áreas e/ou produção tais como a agropecuárias. Há um conjunto de atividades não-agrícolas como prestação de serviços (pessoais, de lazer ou auxiliares das atividades econômicas), o comércio e a indústria que responde cada vez mais pela nova dinâmica populacional do meio rural brasileiro (SILVA, 1997).

Logo, a divisão que situa o setor primário no campo e os setores secundário e terciário na cidade não mais procede. Existem atividades dos três setores presentes no meio rural e urbano. A simples ocorrência desses setores econômicos não é mais suficiente para definir campo e cidade.

O que define rural e urbano então, mais do que a localidade é a atividade a qual o indivíduo se dedica. Tal análise permite admitir a presença de lógicas rurais e urbanas dentro de campo e cidade, como afirma Suzuki:

No entanto, não é possível aceitar que toda a população reconhecida como rural o seja, sobretudo aquela que vive em conjuntos habitacionais, construídos para além do perímetro urbano, mesmo que considerada, para fins de levantamento, como população rural, na verdade, ela se encontra integrada subalternamente à dinâmica da aglomeração urbana, definindo-se, então, como população urbana. Seguindo o mesmo raciocínio, não é urbana a população inserida no interior do perímetro urbano, mas marcada por práticas sociais rurais, tais como os pequenos olericultores de fundos de quintal, ou de fundos de vales, ou, ainda, cujos cultivos estejam sob os linhões de alta tensão que cortam muitas das grandes aglomerações urbanas brasileiras (SUZUKI, 2007:11).

Mais do que pensar em divisões, é necessário ter em mente que campo e cidade fazem parte de uma totalidade complexa e mantêm relações dialéticas. Como afirma Frabetti, "podemos conceber que campo e cidade, ao contrário do que sugerem as análises baseadas no desenvolvimento linear do capital e da modernização no campo, entram como condição essencial para a composição de uma totalidade que combina aquilo que o próprio processo histórico separou no passado com a divisão do trabalho". (2006:156).

As fronteiras entre cidade e campo hoje são tênues, diferentemente da visão anterior ao início dos debates sobre o assunto no século XX. Como escreveu Williams, deve-se ter em mente que campo e cidade são "realidades históricas em transformação tanto em si próprias quanto em suas inter-relações"⁹.

O nosso estudo de caso pode ser enxergado justamente nestas duas últimas passagens. Duas pessoas que, vivendo em uma das maiores metrópoles do mundo, desenvolvem práticas sociais rurais, logo, inseridas numa dinâmica

dita rural mesmo que o entorno do local em que tais práticas sejam realizadas seja de ocupação notadamente urbana. Tal fato não poderia ser previsto na antiga divisão de setor primário no campo e secundário e terciário na cidade e nem por leituras gerais sob o ponto de vista da territorialidade. De fato, a presença da agricultura ou da pecuária no seio das aglomerações urbanas não parece previsível num primeiro momento, mas isto ocorre na metrópole paulista, como apontam os nossos estudos de caso.

Mas a visão territorial deste assunto ainda assim não deve ser descartada. Mesmo não tendo grande efetividade em um contexto macro, ao mencionar a divisão da superfície da Terra comparando-a a um mosaico, como já citado anteriormente, Soja o faz até o nível da propriedade privada, possibilitando a leitura de que, dentro de um território, seja ele de que tamanho for, cria-se uma territorialidade específica que engloba as práticas de subsistência. O autor chama estes territórios de "bolhas" que guiam e moldam a interação humana no espaço:

Na micro escala, cada indivíduo se cerca de uma série de espaços portáteis, ou zonas de distância pessoal, "bolhas" que guiam e moldam sua interação com outros indivíduos (SOJA, 1971: 1).¹⁰

Recuperando também a visão de Raffestin, segundo a qual o território é um espaço apropriado por um ator para um fim, podemos afirmar que os sujeitos dos nossos estudos de caso criam territórios rurais dentro da metrópole paulista adaptando-se às suas peculiaridades, com o objetivo de produzir alimentos. Resta saber se esta produção atua como fonte única ou principal para a perpetuação da existência destes sujeitos e suas famílias ou se ela atua de forma complementar ou mesmo como uma atividade de distração. Isto será tratado na parte seguinte.

Parte IV – Agricultura na metrópole

1. A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA NA METRÓPOLE

Os produtores rurais da metrópole são aqueles trabalhadores que desenvolvem atividades agrícolas ou pecuárias no espaço urbano ou dentro dos limites da metrópole. Se tomarmos como exemplo os produtores agrícolas do extremo sul paulistano estudados por Fernandes em sua dissertação de mestrado defendida em 2008, salvo as suas peculiaridades, as atividades se desenvolvem da mesma maneira que os produtores do campo. Como já afirmado, a paisagem local é notadamente rural e eles dispõem de propriedades de tamanho suficiente para fazer da agricultura e comercialização de produtos agrícolas a sua principal fonte de renda.

Este não é o caso dos pequenos produtores de áreas urbanizadas

¹⁰ No original: "At the most micro-scale, each individual surrounds himself with a portable series of space, or personal distance zones, "bubbles" which guide and shape his interaction with other individuals" (SOJA, 1971: 1).

como os sujeitos que estudamos. Em meio às casas, não há possibilidade de se encontrar um espaço suficiente para a produção em larga escala que possibilite a comercialização com grandes redes de supermercado, por exemplo, e a potencialização do ganho. Tudo é produzido em menor quantidade e muitas vezes consumido pela família do produtor. Quando a comercialização ocorre, isso se dá de forma direta com o cliente, geralmente uma pessoa em busca de produtos mais baratos, ou de origem "mais saudável", sem o uso de agrotóxicos.

A respeito dos produtores rurais da metrópole Fernandes coloca:

(...) a metrópole e os camponeses vão se adequando e resistindo aos processos evolutivos da sociedade moderna, inaugurando parcerias e formas alternativas de cultivos, incorporando serviços aos hábitos cotidianos aos benefícios do urbano. Consagrando a partir das contradições que a cidade nos revela na atualidade não a eliminação das diferenças, e sim as ressaltando e tornando cada vez mais específicos e portadores de características gerais contidas no urbano e no rural (FERNANDES, 2008:91).

É isso que difere os produtores rurais da metrópole daqueles que propriamente habitam o campo. Os primeiros convivem continuamente com a metrópole que, entre outras desvantagens, limita a sua área de produção, mas que também oferece os benefícios de sua infra-estrutura e um mercado consumidor próximo, o que pode reduzir os custos de transporte que tanto influencia o preço dos produtos advindos das áreas rurais.

Este trabalho, como afirmado anteriormente, apresenta dois estudos de caso: Um senhor que vive da produção agrária em um terreno cedido pela Eletropaulo e uma senhora que é dona de um sítio a mais de trinta e cinco anos e que se dedica à criação de gado leiteiro desde antes do início do processo de ocupação da região através do loteamento. Em ambos os casos, os sujeitos dedicam-se às atividades do setor primário e vivem de sua produção, mesmo habitando a metrópole de São Paulo. No caso da família de Dona Georgina, o sítio permanece neste lugar desde antes de São Paulo tornar-se uma metrópole.

2. PRIMEIRO ESTUDO DE CASO: SENHOR ZÉ MÁRIO

O Senhor Zé Mário é o responsável por uma das glebas do projeto "Horta Comunitária" do bairro de Cidade Dutra. Ele é mineiro de Catas Altas da Noruega advindo de uma família de agricultores que trabalhava para um imigrante japonês com o cultivo de vagem como meeiros¹¹. Aos seis anos partiu com os pais para Itatiba, no interior paulista, onde sua família continuou trabalhando com a agricultura, os seus outros quatro irmãos nasceram.

Ao se mudar pra São Paulo, o Senhor Zé Mário não mais se dedicou à produção agrícola. Ele já trabalhou como segurança, porteiro e manobrista. Perdeu o último emprego faltando dois anos para a sua aposentadoria e, quando um amigo recebeu a concessão da Eletropaulo, em Novembro de 2008, para

¹¹ Trabalhadores agrícolas que produzem em terra alheia e obtêm como pagamento parte da produção, geralmente 50%. (GUIMARÃES, 2004).

a utilização da gleba com a finalidade do cultivo agrícola, ele ofereceu sua ajuda e voltou a se dedicar à agricultura por ser acostumado à lida da lavoura. Este amigo não tem tempo para se dedicar integralmente à agricultura, pois ele possui um emprego regular. Com exceção de alguma ajuda que recebe aos fins de semana, o senhor Zé Mário trabalha sozinho na gleba.

A concessão do uso da gleba por parte da Eletropaulo é realizada pelo sistema de sorteio. O candidato deve se dirigir à sua sede, no centro da cidade, e se inscrever. A empresa atua em vinte e quatro municípios paulistas utilizando uma área de seis milhões de metros quadrados para estes serviços. O sistema de concessão teve início na década de noventa e os contratos são vitalícios, revogados apenas se há denúncia de abandono por parte do comodatário ou no caso da sua morte. A intenção da empresa é manter esses seis milhões de metros quadrados limpos, livres de entulho e pragas, e incluir a iniciativa entre os seus projetos sociais¹².

A gleba em que trabalha não é muito próxima à casa do Senhor Zé Mário. Ele reside no bairro do Grajaú, a aproximadamente cinco quilômetros dali. Como a atividade agrícola requer a presença diária do trabalhador para regar e cuidar da plantação, ele precisa percorrer esta distância todos os dias, mais de uma vez por dia, às vezes.

O senhor Zé Mário reconhece a vantagem de se produzir na metrópole, pois, segundo ele, é mais fácil de vender a produção. As pessoas da vizinhança já perguntavam pelos produtos quando ele ainda estava limpando a gleba e arando a terra. Ele sempre recebe pessoas na gleba em que trabalha e permite que elas peguem as frutas das árvores que já se encontravam lá quando ele entrou, cativando sua clientela desde o início da produção.

Seu Zé Mário reconhece também que a gleba não oferece espaço para uma produção em larga escala. Suas previsões de ganho estão entre cem e cento e cinquenta reais por semana. Uma renda mensal de quatrocentos a seiscentos reais não é suficiente para o sustento de uma família levando-se em consideração o custo de vida da metrópole paulista, logo, se os filhos do Senhor Zé Mario não tivessem seus empregos e suas casas, esta atividade não seria suficiente e o patriarca da família possivelmente necessitaria de outra fonte de renda. Os dois filhos do nosso entrevistado são casados, o mais velho trabalha na rede de supermercados Pão de Açúcar e a mais nova é cozinheira da Igreja Universal há quinze anos.

Ao ser questionado se ele conhecia os responsáveis pelas demais glebas, disse que nunca viu nenhum deles. De fato, antes de iniciar esta pesquisa, a nossa intenção era entrevistar, se possível, todos os responsáveis pelas glebas do bairro, contudo, mesmo procurando várias vezes e em horários diferentes, o senhor Zé Mário foi o único a ser encontrado no local. Isso nos levou a crer que nenhuma dessas pessoas deve ter na agricultura a sua principal atividade, como é o caso do nosso entrevistado. O que pôde ser enxergado por entre o mato que cobria os portões das glebas eram churrasqueiras, áreas para lazer e

árvores frutíferas que por certo ali já estão desde muito tempo. Esses espaços, se usados, o devem ser com a finalidade de recreação e não para a agricultura, que é a intenção primeira do projeto Horta Comunitária.

Os gêneros produzidos pelo senhor Zé Mário são diversos. No momento da entrevista, ele cultivava abóbora, vagem, quiabo, jiló, almeirão, erva-doce, chuchu, limão, pimentão, pepino, pitanga, mexerica, acelga, mostarda, feijão-andú, cana-de-açúcar, uva e goiaba, tudo em pequena quantidade já que fazia apenas quatro meses que ele tinha começado o trabalho. Muitos dos pés que produzem estes gêneros alimentícios já estavam na gleba quando ela foi assumida pelo Senhor Zé Mário. Enquanto era entrevistado, ele preparava a terra para o cultivo do milho. Hoje quem passa em frente à propriedade pode avistar esta cultura cobrindo a maior parte da gleba.

O senhor Zé Mário compra as suas sementes no Ceasa¹³, que fica a aproximadamente vinte quilômetros do bairro de Cidade Dutra onde ele trabalha. Segundo o entrevistado, as sementes comercializadas nas casas de ração da região são velhas e não brotam devidamente. Esse fato se mostra óbvio, pois não deve haver muitos agricultores na região e estas sementes devem ser vendidas para pessoas que possuem pequenos canteiros em seus quintais e não para agricultores como o nosso entrevistado. As casas de ração devem demorar a vender todas as sementes, por isso elas ficam velhas aguardando um comprador.

Pelas informações coletadas com o nosso entrevistado, pudemos entender melhor como se dá a atividade agrícola naquela gleba e os motivos que levaram o senhor Zé Mário a se dedicar a esta atividade.

Primeiramente, o pequeno espaço que tem para produzir gera um ganho muito baixo ao entrevistado. Este terreno, que comparado ao tamanho padrão dos lotes da vizinhança é quatro vezes maior, se mostra pequeno se comparado com uma lavoura no campo. A terra, como coloca Frabetti, é o instrumento do agricultor, já que apresenta o potencial para produzir, garantindo o sustento dele (2006:158). No caso da gleba do entrevistado, este potencial é proporcional ao seu tamanho.

Em segundo lugar, a julgar pelo fato de que faltam poucos anos para que o entrevistado se aposente, pelo tempo de serviço de seus filhos, mais de quinze anos no caso da mais nova, e pelo fato de estar estabelecido naquela gleba a menos de um ano, chegamos a conclusão de que o desemprego e a falta de perspectiva de um novo trabalho em muito auxiliaram na escolha desta atividade como principal meio de sustento. Por ter uma idade relativamente avançada, deve ser difícil encontrar um novo trabalho de porteiro, segurança ou manobrista novamente e a julgar pelos dois anos de trabalho que faltam para conseguir a sua aposentadoria não nos admiraria se ele abandonasse a agricultura e retornasse dois anos depois, já aposentado.

13 "um dos maiores centros atacadistas de alimentos do mundo. Por seus portões passam todos os dias cerca de 10 mil toneladas de frutas, verduras, legumes, pescados e flores vindos de 1.300 municípios brasileiros e de outros países. A movimentação de mercadorias beira as 250 mil toneladas por mês e responde por quase 60% do abastecimento de hortícolas da Grande São Paulo". Fonte: <http://www.ceagesp.gov.br/atacado/coluna>

Cremos então que, no caso do Senhor Zé Mário, ser um agricultor urbano não é uma opção de vida e sim a única opção de um senhor que não mais consegue se incluir na lógica econômica da metrópole e que está aproveitando a experiência que tem desde menino com a atividade agrícola para garantir o seu sustento. O ganho, como revelou o entrevistado, não é suficiente para sustentar uma família na metrópole paulista, mas como mora somente com a esposa e sobrevive de parte da produção isso aparentemente não se configura um grande problema para o Senhor Zé Mário. Concluímos então que, neste caso, a atividade agrícola na metrópole surge como uma opção de saída a um problema nela encontrado: o desemprego.

3. SEGUNDO ESTUDO DE CASO: DONA GEORGINA

Dona Georgina tem setenta e quatro anos, possui um sítio no início do bairro do Grajaú e trabalha com a criação de vacas leiteiras a mais de cinquenta anos. Ela e seu falecido marido, o senhor Bonifácio que trabalhava no sítio da família e também de caseiro em sítios nas proximidades, viram não só a região se transformar, mas também toda a antiga cidade de Santo Amaro, que era uma aglomeração satélite da antiga São Paulo, como já colocado anteriormente, e hoje está incorporada à metrópole.

Nossa entrevistada é da cidade de Sumaré, no interior de São Paulo, que na época de seu nascimento chamava-se Rebouças. Ao se casar foi morar com seu marido em um sítio no, hoje chamado, Jardim Kika, também no bairro do Grajaú. Quando os pais de Dona Georgina faleceram, cerca de trinta e cinco anos atrás, ela recebeu uma herança e, junto com o seu esposo, comprou o sítio em que até hoje habita com seus filhos e netos, e investiu na produção de gado leiteiro que já realizavam. Como há trinta e cinco anos o processo de forte especulação imobiliária na metrópole paulista ainda não havia se iniciado na região, existia uma grande área verde para as vacas pastarem, não ocorrendo os lotes que hoje cercam o sítio nem os carros que dificultam a permanência das vacas. Segundo a entrevistada, as primeiras casas da região apareceram há cerca de trinta anos.

No sítio do jardim Kika, que era maior, o casal chegou a ter mais de trinta e cinco vacas leiteiras. No atual, o número máximo chegou a vinte e cinco. Hoje em dia, Dona Georgina, viúva e com problemas no joelho, possui apenas uma vaca com bezerro da qual ela tira cerca de oito litros de leite todos os dias apenas para a sua família. Ela diz que não tem mais forças para continuar com este duro trabalho. Além da vaca, no sítio existem algumas galinhas e um pomar, tudo para o consumo próprio e o sustento de sua família.

Desde que a região era praticamente vazia, quando existiam apenas sítios e fazendas, até hoje, após o processo de loteamento e construção das casas, o sítio de Dona Georgina e sua família vêm resistindo em meio à evolução do bairro. Até cerca de oito meses atrás, ainda, havia um número grande de vacas que buscavam pasto e água pela região, andando por entre os carros.

Mas além do problema de saúde, que não lhe permite trabalhar como antes, Dona Georgina, em um episódio, teve doze vacas roubadas em apenas uma noite. Com o passar do tempo, ela vendeu o restante e manteve apenas duas, a vaca de oito anos, pela qual tem grande estima e chama de Nina, e seu filhote.

As filhas de Dona Georgina são duas, uma com cinquenta e um e a outra com quarenta e quatro anos, e não se dedicam à criação de vacas. Uma é diretora de escola e a outra era empregada doméstica, mas atualmente encontra-se parada e recebendo o benefício da Caixa Econômica Federal¹⁴, pois está doente.

Mesmo quando tinha muitas vacas, Dona Georgina disse que o ganho nunca foi alto. Quando se tem uma grande produção, o gasto também é grande. Ao contabilizar o que gastava com ração, remédios e salário de ajudante, a entrevistada disse que trabalhava praticamente “na base de troca”, ou seja, sem nenhum ganho. A maior vantagem, segundo dona Georgina, é não ser empregada de ninguém.

Frabetti aponta que o camponês vive com base em relações de produção não-capitalistas e, ainda que viva na metrópole, este tem sido o caso da família da dona Georgina a mais de cinquenta anos.

Mesmo diante da sujeição ao capital na esfera da circulação de mercadorias, o processo de trabalho no qual a produção de gêneros agrícolas se baseia não compreende fundamentalmente o assalariamento, relação de trabalho especificamente capitalista. Tampouco o camponês é um pequeno capitalista cujo trabalho é exclusivamente regulado pela demanda do mercado, porque a lógica da produção doméstica não compreende a *circulação de dinheiro como capital* (a valorização do valor como um fim em si mesmo), mas como meio de satisfazer as necessidades familiares [na teoria marxiana, a *circulação simples de mercadoria*, vender para comprar, isto servindo de meio a um fim último situado à margem da circulação]. (FRABETTI, 2006:157).

O sítio de Dona Georgina costumava receber estudantes do curso de veterinária da Universidade de São Paulo em trabalhos de campo na época em que havia muitas vacas no local. Isto pode ser uma evidência de que a propriedade de Dona Georgina seja a criação de gado leiteiro mais próxima ao centro de São Paulo, o que configurava fácil acesso aos estudantes da universidade.

Ao contrário do primeiro caso, encontramos no sítio de Dona Georgina uma atividade rural na metrópole que está em decadência. Não há perspectivas de continuidade pelas filhas da entrevistada e a idade avançada já não permite que a Dona Georgina leve em frente o negócio da família como antes. O sítio resistiu à especulação imobiliária e ao crescimento do bairro bravamente durante cerca de trinta e cinco anos, contudo a sua existência parece estar diretamente ligada à vida de Dona Georgina. Quando esta acabar

14 Cláusula dezenove: Estabilidade provisória de emprego. Acidente: Por 12 (doze) meses após a cessação do auxílio doença acidentário, independentemente da percepção do auxílio acidente, consoante artigo 118 da Lei 8213, de 24.07.1991. Fonte: www.feebpr.org.br/Download/PAUTACEF20082009Versaofinal.doc

o sítio também morre.

4. ANÁLISE E COMPARAÇÃO DOS ESTUDOS DE CASO

No primeiro caso apresentado, temos uma pessoa que voltou a se dedicar à atividade agrícola há menos de um ano. Apesar de ter nascido em uma família de agricultores, ao se mudar para a metrópole de São Paulo, Seu Zé Mário passou boa parte da vida trabalhando no setor terciário, como porteiro, manobrista ou segurança. Ao perder o emprego o entrevistado encontrou na agricultura uma nova atividade para se dedicar e garantir o seu sustento. Temos, então, neste primeiro caso, a atividade agrícola na metrópole enquanto opção ao desemprego, que é um de seus grandes problemas.

Já, no segundo caso, temos uma família de pequenos pecuaristas estabelecidos na região há mais de cinquenta anos e que ainda se dedicam à mesma atividade, porém, agora, em escala bem menor, visando apenas o consumo da família. Mesmo habitando a região desde antes de ela ser incorporada à metrópole de São Paulo, o senhor Bonifácio sempre trabalhou com o gado leiteiro e como caseiro de sítios da região (quando ainda havia outros sítios). A atividade pecuária, neste caso, não é uma opção ao desemprego e sim uma opção de vida. Um estilo que tem sido mantido à revelia das transformações que vêm ocorrendo, econômica e espacialmente, no entorno do sítio.

Ainda que os dois casos vistos apresentem circunstâncias diferentes, eles têm em comum o fato de serem "mini-territórios" rurais dentro da metrópole. Os sujeitos sociais por eles responsáveis contrariam a "lógica" da territorialidade urbana com suas atividades definidas, criando suas próprias territorialidades, se apropriando de pequenos espaços com um determinado fim, no caso a agricultura ou a pecuária, tornando seus territórios, como dito antes, em territórios rurais dentro da metrópole paulista.

Por fim, resta-nos saber se o fato de nossos sujeitos se dedicarem às atividades do setor primário, dentro da metrópole, os torna verdadeiros camponeses. Por meio das entrevistas realizadas, buscamos, além de compreender como ocorrem tais atividades na metrópole, observar se os sujeitos levam um modo de vida camponês, este definido por Marques:

Modo de vida camponês é formado por um conjunto de relações familiares e de vizinhança, formadas de organização da produção imediata, condições materiais de vida e de trabalho, relações políticas e religiosas. Tais relações se apóiam num conjunto de valores que lhes dá sentido (MARQUES, 1994:6).

Analisando a citação, podemos compreender os estudos de caso apresentados. No que tange às relações familiares, os dois entrevistados são advindos de famílias de trabalhadores rurais, no caso do Seu Zé Mário, advinda de Catas Altas da Noruega em Minas Gerais e que, posteriormente, se mudou para Itatiba no interior de São Paulo, e da Dona Georgina em Sumaré, no

interior do mesmo estado e, posteriormente, na própria metrópole de São Paulo onde a família do seu marido já se dedicava à atividade pecuária. Portanto, podemos dizer que os sujeitos em questão trazem consigo a tradição familiar de atividades do setor primário, contudo, nos dois casos, nenhum dos filhos pretende dar continuidade a esta atividade. Todos já possuem suas profissões que em nada se relacionam com as dos seus pais. Não houve uma transmissão do ofício da família, como ocorre nas famílias camponesas, em que todos os membros se envolvem na atividade, muito possivelmente devido às muitas outras opções de emprego que a metrópole oferece.

Quanto às relações de vizinhança não há muito que falar. Ambos os sujeitos estão cercados por ocupações notadamente urbanas, onde habitam pessoas de modos de vida também urbanos. Não é possível para os nossos sujeitos estabelecerem relações de vizinhança baseadas, mais que na simples convivência, na produção agrícola que lhes configurem um modo de vida camponês.

Logo, de acordo com Marques, os nossos sujeitos não poderiam ser chamados de camponeses. Ainda que eles se dediquem exclusivamente a atividades do setor primário e não vivam de um trabalho assalariado. O contexto regional em que se incluem e o modo de vida de sua prole não lhes garante o *status* de camponês.

Contudo, além da citação de Marques, apresentamos também as impressões que tivemos durante o contato com esses sujeitos. Quando procuramos o Senhor Zé Mário e a Dona Georgina para realizar as entrevistas nenhum dos dois nos conheciam. Ao nos apresentarmos e dizermos o motivo de nossa visita, em ambos os casos, da mesma maneira, fomos imediatamente convidados a entrar e tratados do mesmo modo amigável e gentil pelos dois, de uma forma tipicamente "camponesa". Ambos pararam seu trabalho para nos receber e depois continuaram lentamente a fazer o que estavam fazendo antes de chegarmos, semeando a terra no caso do Senhor Zé Mário e pondo leite em garrafas no caso de Dona Georgina, enquanto conversávamos. Ambos levam uma vida que não é regada pelo relógio, não precisam prestar contas do seu trabalho a ninguém e nem regulam a sua produção de acordo com as leis do mercado. Os dois possuem um temperamento calmo, gostam de conversar e nos convidaram a voltar sempre que quiséssemos.

Interpretando os casos sob a visão de Marques, chegamos a conclusão que nenhum dos entrevistados seja um legítimo camponês. Contudo, a impressão que tivemos é que, mesmo não sendo camponeses, os sujeitos estudados levam uma vida que em muito se assemelha à levada pelo trabalhador rural do campo.

Parte V – Considerações finais

As atividades características de cada localidade, segundo Soja, são fruto da interação humana no espaço e surgem dos atributos oferecidos por ele. Isso

se expressa, como demonstrado anteriormente, na territorialidade de cada lugar. Esta para o autor é uma espécie de "identidade do local" e Raffestin complementa que ela expressa "a multidimensionalidade do 'vivido' territorial pelos indivíduos que ocupam um determinado território" (1993:160).

Considerando inicialmente a existência de ocorrências como as dos nossos estudos de caso dentro da metrópole de São Paulo, uma das maiores do mundo e que teve um frenético processo de expansão e ocupação para além dos seus limites como já demonstrado anteriormente, casos como os que estudamos parecem figurar como "exceções" que não legitimariam a "identidade" paulista de grande metrópole. Contudo, Soja afirma que a divisão da superfície da Terra assemelha-se a um mosaico, que vai desde a separação de hemisférios até o nível da propriedade privada. Neste contexto micro, o da propriedade privada, vimos por meio dos casos encontrados que é possível transformar uma localidade, não importa o seu tamanho, por meio das práticas realizadas, interferindo na territorialidade local. Isso possibilita a leitura de que se cria uma territorialidade específica dentro de um território que foi apropriado com um fim distinto daqueles que se localizam ao seu redor. Soja chama estes territórios de "bolhas" (1971:1) que guiam e moldam a interação humana no espaço. Temos, nos casos apresentados, duas "bolhas" que reiteram um "vivido territorial" (RAFFESTIN, 1993:160) rural dentro da metrópole paulista.

A divisão que separa o setor primário no campo e os setores secundário e terciário na cidade foi superada pela sobreposição das atividades destes setores entre o campo e a cidade, sobretudo, durante o século XX. Chegou-se a conclusão de que, mais do que fazer divisões, é necessário ter em mente que campo e cidade fazem parte de uma totalidade complexa e mantém relações dialéticas. Frabetti afirma, como colocado anteriormente, que campo e cidade compõem uma totalidade que combina o que o próprio processo histórico separou (2006:156). Como coloca Suzuki (2007), nem toda população que habita a zona rural tem práticas de vida rurais, da mesma forma, sujeitos de práticas rurais que habitam perímetros urbanos não devem ser considerados como urbanos. Este é o caso dos sujeitos sociais apresentados por este trabalho, mesmo vivendo na metrópole paulista ambos mantêm práticas de vida rurais, as atividades as quais eles se dedicam são notadamente rurais e isso transforma o território em que eles vivem.

Contudo, os sujeitos apresentados levam uma vida notadamente rural, mas devido ao contexto macro em que se inserem e sua implicação em todas as suas relações com a exterioridade não podem ser considerados camponeses. Eles não possuem relações de produção familiares, no que diz respeito à continuidade da atividade pelas suas proles, e de vizinhança que possibilitem a plena definição de um modo de vida camponês. Ainda assim, os sujeitos em questão vivem uma vida que em muito se assemelha à levada pelos camponeses da zona rural e, sobretudo, as atividades as quais eles se dedicam, como afirmado anteriormente, não têm as suas produções reguladas pelas demandas de mercado. Contudo, considerando todas as relações que esses

sujeitos têm com a exterioridade não é possível chamá-los de camponeses *stricto-sensu*.

No primeiro estudo de caso, vimos que o Senhor Zé Mário encontrou, na atividade agrícola, uma opção ao desemprego. Mesmo advindo de uma família de produtores rurais e possuindo os conhecimentos sobre a lida da terra, ele estava inserido por muito tempo na lógica econômica urbana por meio do trabalho assalariado no setor de serviços. A idade já um pouco avançada, a falta de perspectivas de encontrar um novo emprego para em dois anos garantir a sua aposentadoria e a concessão do uso da gleba recebida por um amigo que não teria tempo de nela trabalhar integralmente trouxeram este homem de volta à atividade agrícola.

Já no segundo caso, curiosamente, ocorre o contrário. A família de Dona Georgina já realizava a atividade pecuária desde antes da região tornar-se urbana. A tradição foi mantida ao longo de mais de cinquenta anos, sobreviveu às transformações ocorridas no seu entorno e atualmente se encontra em decadência, visto que o número de animais caiu de um máximo de vinte e cinco para um mínimo de dois e as filhas da entrevistada, apesar de ainda morarem no sítio da família, possuem empregos que em nada se relacionam com a atividade a qual seus pais se dedicaram a vida toda.

Postas as razões pelas quais esses dois sujeitos decidiram dedicar-se a atividades tão distintas daquelas as quais os indivíduos ao seu entorno realizam, vale acrescentar que o fator financeiro não poderia ser uma delas. As expectativas de ganho mensal do Senhor Zé Mário variam de quatrocentos a seiscentos reais e Dona Georgina nem sequer comercializa mais o leite que produz, mantendo apenas uma vaca para garantir uma quantidade suficiente para o consumo de sua família.

Diferentemente dos produtores agrícolas do campo ou mesmo daqueles que se localizam no espaço metropolizado, mas em áreas que muito pouco divergem daquelas cultivadas no campo, os produtores rurais que trabalham em espaços notadamente urbanizados como os casos demonstrados têm a sua produção limitada pelo próprio entorno, seja reduzindo o espaço físico, a terra que, como já colocado, é o instrumento do produtor agrícola ou pelas dificuldades que a própria aglomeração urbana impõe à produção. Não é uma atividade muito rentável e, além disso, demanda muito esforço. Não é de se admirar que não existam muitos casos como os apresentados por esta pesquisa em São Paulo ou em outras aglomerações urbanas.

A ocorrência de uma atividade que seja tão distinta daquelas realizadas no seu entorno a ponto de gerar uma outra territorialidade e formar uma "bolha" dentro da metrópole de São Paulo, além de fatores que possibilitem a sua existência, como projetos como o "Horta Comunitária" ou a tradição familiar que fala mais alto do que as transformações bruscas que ocorrem no entorno, frutos do processo histórico vigente, demanda um motivo maior, uma razão primeira que pode nascer da própria lógica da vida urbana, como foi o primeiro caso. Esta escolha é, antes de tudo, uma opção de vida, que por vezes

pode ser a única opção.

Referências Bibliográficas

- DAMIANI, Amália Luisa. Urbanização crítica e situação geográfica a partir da metrópole de São Paulo. In: CARLOS, Ana Fani Alessandrini; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (orgs.). **Geografias de São Paulo; Representação e crise na Metrópole**. São Paulo: Contexto, 2004.
- FERNANDES, Evandro Noro. **Reprodução de pequenos agricultores no espaço metropolizado paulistano: uma análise da porção sul do município de São Paulo**. 2008. Tese (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- FRABETTI, Giancarlo Livman. Apontamentos para uma abordagem dialética das relações cidade-campo: Do modelo clássico aos novos desafios. In: **Agrária**, São Paulo: n.5, p. 139-169, 2006.
- GEORGE, Pierre. **Geografia Rural**, São Paulo: Difel, 1982.
- GUIMARÃES, José Humberto. O antigo meeiro nada tem como atual parceiro. **Bolsa de parcerias e arrendamento de terras**. Disponível em: http://www.bolsadearrendamento.com.br/fiquepordentro_body.asp?Q=10. Acesso em: 20/05/2009.
- KOWARICK, Lúcio; ANT, Clara. Cem anos de promiscuidade: o cortiço na cidade de São Paulo. In: KOWARICK, Lúcio (org.). **As lutas sociais e a cidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- LEFEBVRE, Henri. **O pensamento marxista e a cidade**. S.1: Ulisses, 1972.
- MARX, Karl. **A ideologia alemã** (i-Feuerbach). São Paulo: Grijalbo, 1977.
- MARQUES, Marta Inês Medeiros. **O conceito de espaço rural em questão**. São Paulo: Terra Livre, 2002, n.19, p. 95-112.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ed. Ática, 1993.
- RIOS, André Ricardo de Oliveira. Comodato – conceitos e características. **Boletim Jurídico**. Disponível em: <http://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=202>. Acesso em: 19/05/2009.
- SANTOS, Milton. O presente como espaço. In: **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Edusp, 2004.
- SEABRA, Odette Carvalho de Lima. São Paulo: a cidade, os bairros e a periferia. In: CARLOS, Ana Fani Alessandrini; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (orgs.). **Geografias de São Paulo; Representação e crise na Metrópole**. São Paulo: Contexto, 2004.
- SILVA, José Graziano da. **O novo rural brasileiro**. Disponível em: www.eco.unicamp.br. Acesso em: 17/08/2002.
- SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1978.
- SOJA, Edward W. **The political organization of space**. Commission of College

Geography. Resource paper N. 8. Washington, D.C., 1971.

SUZUKI, Julio César. Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldade de conceituação. **Revista Nera**, Presidente Prudente, n.10, p.134-150, 2007.

PEDRO, Fábio Costa; FONSECA, Olga M. A. **O surgimento das cidades no oriente próximo**. Disponível em: http://www.miniweb.com.br/historia/Artigos/i_antiga/surgimento_cidades.html. Acesso em: 26/03/2009.

VICENTE, Maria Carlota Meloni. **Valor Da Produção E Mercado De Trabalho Na Agricultura Paulista, 1995-2002**. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=633>. Acesso em: 14/05/2009.